

Mapa e memória: Parque Anhangabaú e rua Anhanguera

(Map and memory: Parque Anhangabaú and rua Anhanguera)

Alessandra Cirrincione

Departamento de Semiótica e Linguística Geral – Universidade de São Paulo (USP)

alessandraccirrincione@usp.br

Abstract: This paper analyzes two toponyms, namely Parque Anhangabaú (Anhangabaú park) and rua Anhanguera (Anhanguera street). Both toponyms are formed by the same root (*Anhã*) + suffixes and its analysis is relevant as they are urban lexicon related to São Paulo city. They integrate into the geographical and lexical context (map) and into the historical and lexical context (memory) words with the same root. The justification is in the explanation of non-linguistic facts or significant elements of the environment described by the toponyms.

Keywords: toponyms, lexicon, language, environment, extra-linguistics facts.

Resumo: Este artigo analisa dois topônimos, nomeadamente, Parque Anhangabaú e rua Anhanguera, cujos termos específicos, formados por um mesmo radical (*Anhã*) + sufixos, são elementos relevantes para analisar o léxico urbano de São Paulo, uma vez que integram no contexto geográfico-lexical (mapa) e no contexto histórico-lexical (memória) ocorrências vocabulares de mesma raiz, que encontram justificativa na explicação de sóciofatos (fatos não-linguísticos) ou elementos significativos do meio retratado pelos topônimos.

Palavras-chaves: topônimo, léxico, língua, ambiente, sociofatos.

Introdução

A Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e a Antroponímia (do grego άνθρωπος, homem, e ὄνομα nome) são as duas subáreas ou subsistemas da Onomástica (do grego ὀνομαστική, ato de nomear), ciência que estuda os nomes próprios. A Toponímia estuda os nomes próprios de lugares e a Antroponímia, os nomes próprios de pessoas.

Integrando no contexto geográfico-lexical (mapa) e no contexto histórico-lexical (memória) ocorrências vocabulares de mesma raiz, que encontram justificativa na explicação de sociofatos ou elementos significativos do meio retratado, os topônimos Parque Anhangabaú e rua Anhanguera são elementos relevantes para analisar o léxico urbano de São Paulo.

Do ponto de vista estrutural o topônimo ou nome próprio de lugar é uma unidade léxico-semântica, formada de um termo genérico ou acidente geográfico e de um termo específico que, identificando o termo genérico, destaca-o de outros semelhantes e que é o topônimo propriamente dito (DICK, 1992, p. 10). Exemplificando: ribeirão (termo genérico) e Anhangabaú (termo específico), rua (termo genérico) e Anhanguera (termo específico).

Há casos, porém, em que o termo genérico acaba se incorporando ao termo específico do sintagma toponímico (DICK, 1996, p. 219), como resultado da importância que determinado ponto da cidade passa a ter para seus moradores. Um ótimo exemplo disso é representado pela Várzea do Carmo, topônimo composto, gerado pela fusão de um fato geomorfológico, a várzea, e da existência de um edifício religioso, o Convento das Carmelitas, marcante para a sociedade da época em que foi construído.

A grafia correta, indicativa do fenômeno linguístico, é Várzea do Carmo e não várzea do Carmo, assim como é apropriado grafar Vale do Anhangabaú, Parque do Anhangabaú e rua Anhanguera, uma vez que este último topônimo não é um topônimo composto.

A função dos nomes próprios, sejam eles de pessoa ou de lugar, é identificar e não significar (MILL apud ULLMANN, 1987, p. 152): Dartmouth continuaria a manter este nome, mesmo se a foz do rio Dart fosse encoberta pela areia (ULLMANN, 1987, p. 154), mudando os traços característicos da paisagem que em tempos remotos motivaram sua denominação.

A toponímia paulistana oferece um exemplo concreto da afirmação de Ullmann através da canalização do ribeirão Anhanbagaú, o ‘bebedouro das diabrunas’, em tupi, conhecido também como córrego das Almas em época colonial.

O Anhangabaú, à semelhança de córregos e rios que percorriam o planalto de Piratininga, era importante para a demarcação das propriedades fundiárias.

Ainda em 21 de Julho de 1608 a Camara de São Paulo concedeu a Antonio Milão – no rocio desta Villa, um pedaço de chão ao longo do caminho que vae para Nossa Senhora da Luz, pelo caminho direito do Guarépe, partindo com o marco de Ascenso Ribeiro até o Anhangabaú (FREITAS, 1927, p. 106).

A canalização do Anhangabaú não cancelou da memória da cidade a lembrança desse ribeirão, que figurava nos mapas urbanos até o primeiro decênio do século XX.

O acidente geográfico, o ribeirão ou termo genérico do topônimo, desapareceu, mas o termo específico, Anhangabaú, se perpetuou na cartografia e na toponomástica da moderna cidade pelo recurso a um termo genérico escolhido *ad hoc*, expressão de uma nova realidade da paisagem urbana, criada pela mão do homem: o Parque do Anhangabaú.

O Anhangabaú, um dos quarenta e três afluentes do rio Tamanduateí, com o qual delimitava o perímetro do núcleo urbano original de São Paulo, chamado de Triângulo, é um pequeno ribeirão, cujas nascentes ao ar livre estão localizadas entre os bairros do Paraíso e da Vila Mariana. Canalizado há quase um século, corre debaixo do metrô e, passando pela avenida São João, deságua no Tamanduateí, nas imediações da rua 25 de Março.

O jornalista Sesso, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), relata existirem ainda no século XIX nas proximidades da Várzea do Carmo portos com armazéns para mercadorias e, principalmente, produtos trazidos por via fluvial de cidades ribeirinhas para a cidade.

Esses portos eram identificados com as seguintes denominações: porto da Tabatinguera (barreiros de barro branco), porto da Figueira, porto do Beco das Barbas ou das Barças, e porto do Anhangabaú (SESSO JR., 1995, p. 37).

O complexo sistema de canalização que interessou o Tamanduateí e seus afluentes, às margens ou nas proximidades dos quais surgiram vários bairros de São Paulo, determinou o desaparecimento de todos esses portos fluviais.

No atual inventário toponímico da cidade permanece apenas o locativo Ladeira Porto Geral (conhecida por alguns também como Ladeira do Tamanduateí), onde, em passado existia o porto do Beco das Barças ou das Barbas, que Dick (1996, p. 281) indica como beco do Barbas, toponimização de um antropônimo, fenômeno comum na nomenclatura da São Paulo colonial, onde todos se conheciam e na qual as ruas eram identificadas pelos nomes dos moradores das residências que encontravam no local, por falta de nomenclatura oficial, institucionalizada apenas em 1809, como relata Alcântara Machado (2006, p. 52-54).

No começo dos Novecentos a prefeitura de São Paulo se engajou num plano de saneamento e embelezamento da cidade. A primeira providência da elite paulistana “foi vencer as depressões: transpor ou urbanizar os vales. O eixo do Vale do Anhangabaú e a Várzea do Carmo eram as obsessões” (SEGAWA, 2004, p. 15).

Sanear e embelezar tornou-se o leme de uma sociedade, que queria celebrar o centenário da Independência do Brasil demolindo São Paulo e erguendo “uma nova cidade digna dos progressos dos séculos” (ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE apud SEGAWA, 2004, p. 16).

O ajardinamento do Vale do Anhangabaú, realizado em 1910, resultou na formação do Parque do Anhangabaú, reformulado na primeira gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945), com a criação de ligações subterrâneas às praças Ramos de Azevedo e Patriarca.

Mapa e memória da cidade

A cidade é objeto de estudo de muitas disciplinas, mas, independentemente do âmbito e da tipologia de investigação específica, a leitura do tempo e do espaço urbano leva os pesquisadores a refletir sobre a dimensão da memória da cidade.

[...] imenso alfabeto com o qual se montam e se remontam palavras e frases. É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar a sua história. (ROLNIK, 1988, p. 18).

Le Goff afirma que “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos” (2003, p. 525) e sublinha a necessidade de transferir o documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (p. 539).

O estudioso de toponímia que pretenda seguir uma linha de pesquisa documental tem que se valer do mapa, documento específico do qual resulta a distribuição dos toponimos no território, objeto de investigação.

Os locativos resultantes do documento cartográfico são o produto final da ação do denominador (ou dos denominadores), que, condicionado pelos eixos paradigmático e sintagmático da linguagem, torna-se “o elo das relações textuais em qualquer inventário de nomes que se analise” (DICK, 2000, p. 236).

O inventário dos nomes resulta das cartas geográficas, somente quando se consolida o recorte da realidade através da linguagem textual (escolhas do enunciador) e intertextual (efeito da representação simbólica da realidade) (DICK, 2000, p. 237).

Taunay lamentava a falta de “documentos topográficos” dos primeiros três séculos (1554-1808) de existência da cidade de São Paulo (TAUNAY apud DICK, 1996, p. 301).

Os mapas mais antigos datam do século XIX e fazem parte da Coleção do IV Centenário, prefaciada por Milliet. Duas cartas dessa coleção são particularmente relevantes para este trabalho: a de 1877 e a de 1890.

O *Mapa da Capital da P.cia de São Paulo, de F.co de Albuquerque e Jules Martin de julho de 1877* é um mapa turístico, cujos logradouros, conforme o costume da época, têm dimensões bastante semelhantes.¹

O Mapa de Albuquerque e Martin reproduz claramente, sem denominá-lo, o curso do Anhangabaú, formado pelos seus afluentes, cujas denominações, Saracura Grande e Saracura Pequeno (ave pernalta chamada galinha-d’água, cf. SAMPAIO, 1987, p. 313), não resultam do mapa, até a sua confluência, na Várzea do Carmo (na qual entre os séculos XIX e XX começa a se desenvolver o bairro do Brás), com o Tamanduaté (*Ta-mondoá-tei*, tamanduás em grande número, cf. SAMPAIO, 1987, p. 320), que, por sua vez, deságua no Tietê (o rio grande, o rio verdadeiro).

O mapa traça nitidamente o desenvolvimento ao longo do ribeirão de uma ampla rua, margeando o curso d’água, denominada Anhangabaú, delimitada, nos Oitocentos, pelo largo do Riachuelo, pela ladeira de Santo Antônio, pelas ruas de São José, da Constituição, Senador Queiroz, Alegre, do Seminário e Formosa.

Confrontando o mapa de 1877 com o Mapograf 2004, verifica-se que a área ocupada pela rua Anhangabaú está incluída no atual Parque Anhangabaú e que as denominações dos logradouros, que delimitavam seu perímetro, permaneceram inalteradas, com exceção da rua Alegre, atual rua Brigadeiro Tobias (DICK, 1996, p. 339).

A *Planta da Capital do Estado de S. Paulo e seus arrabaldes desenhada e publicada por Jules Martin em 1890* identifica o ribeirão com a denominação de *Anhangabazú*, variante gráfica de *Anhangabaú*, menos comum das variantes caracterizadas pela presença das letras ramistas: *Anhangovohy*, *Anhangabay*, *Anhangahy*, *Aganobay*.²

O signo toponímico

Sendo nome próprio de lugar, o topônimo é um signo linguístico, analisável nos dois elementos que, conforme Saussure, compõem todo e qualquer signo: significante (imagem acústica) e significado (conceito veiculado pela imagem acústica), unidos por uma relação arbitrária, denominada significação. A arbitrariedade do signo saussuriano torna-se, para Dick, dupla motivação na conceituação do signo toponímico:

primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente

¹ Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2008.

² Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2008.

geográfico e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado transparente ou opaco que pode envolver procedências as mais diversas. (1992, p. 18)

Todo signo é “um estímulo associado“ de imagens ou ícones (associação natural) ou símbolos (associação artificial) (GUIRAUD apud DICK, 1992, p. 17), analisáveis em suas características internas, ou seja, filiação linguística e respectiva pesquisa etimológica, e em suas características externas ou semânticas, que constituem a motivação toponímica propriamente dita (DICK, 1992, p. 17).

Excluindo acidentes geográficos aos quais descobridores, exploradores e governos impuseram o nome pelo qual são conhecidos, a denominação de lugares é fruto da linguagem popular e torna-se propriedade de todos (BACKHAUSER, 1952, p. 166).

A ONU trabalha em um projeto de salvaguarda das denominações de lugares, consideradas patrimônio da humanidade, à semelhança de monumentos, cidades, etc., do qual o Brasil participa através do IBGE, que, em 2 de dezembro de 2008, organizou no Rio de Janeiro o *I Seminário de Nomes Geográficos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, com a presença de representantes dos institutos de estatística e especialistas em toponímia, entre eles: Helen Kerfoot, presidente do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos (GPNUNG), Maria Vicentina Dick, da Universidade de São Paulo (USP), e Evanildo Bechara, acadêmico responsável pela Filologia na Academia Brasileira de Letras (ABL), além de José Elias Mucombo, de Moçambique, presidente da Divisão de Língua Portuguesa (DLP) do GPNUNG.

O seminário faz parte da III Conferência Estatística da CPLP. As autoridades presentes concordaram em promover em seus países as ideias de padronização preconizadas nas resoluções das conferências mundiais e também incentivar a divulgação de assuntos importantes relacionados à toponímia no *website* da Divisão de Língua Portuguesa do GPNUNG, a ser lançado.³

Topônimos e léxico urbano

Os topônimos são fósseis linguísticos, que testemunham a passagem de diferentes povos em dado território em suas lentíssimas migrações através dos séculos. Esses povos costumavam adaptar a seus próprios idiomas as denominações dos acidentes geográficos, que existiam antes de sua chegada (BACKHAUSER, 1952, p. 166).

Os toponímicos de rios, morros e montanhas, nomeados por antigas comunidades, estão consolidados na cartografia oficial e nunca mudam de nomes

que são extraídos das línguas étnicas faladas nos locais, o que consubstancia um dos princípios teóricos da ciência dos nomes: os estratos fônicos revestem, universalmente as camadas mais antigas, que permanecem em uso apesar da sucessão de povos pelo território. A mudança dos nomes não atinge – ou dificilmente, apenas – rios, morros e montanhas, cujas formas linguísticas permanentes, podem permitir o aprofundamento dos estudos comparativos. (DICK, 2000, p. 4)

³ Detalhes do evento e do seu porte estão disponíveis para os internautas no *site* <<http://www.toponímia.org>>. Acesso em: 4 ago. 2009.

Os topônimos são elementos relevantes para analisar o léxico urbano, uma vez que a análise dos nomes da malha viária de uma cidade implica a investigação da língua e da cultura.

O geólogo Backhauser evidencia ter sido o geógrafo e etnólogo alemão Ratzel (1884-1904), fundador da moderna geografia humana, o primeiro *scholar* “a chamar a atenção dos estudiosos para a função do nome geográfico como revelador da cultura” (1952, p. 167).

Portanto, analisando não apenas a língua, mas também o fato cultural que dela emerge, compreende-se a maneira pela qual determinados grupos sociais enxergam e representam o mundo.

Sapir sustenta que o léxico de uma língua reflete o ambiente físico e social dos falantes, entendendo-se por ambiente físico os aspectos geográficos de uma região, seus recursos econômicos, minérios, fauna e flora; o ambiente social é constituído pelas forças da sociedade que moldam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1961, p. 44).

O léxico urbano de São Paulo é formado por um vasto repertório lexical proveniente de línguas faladas por etnias diferentes: línguas indígenas (tupi, principalmente), língua portuguesa (sistema linguístico de maior prestígio a partir do século XVIII, que se tornou língua-padrão), línguas africanas (particularmente o quimbundo, falado pelos bantu do Sudão e do Congo) e numerosas línguas de imigrantes europeus.

Todas essas etnias, co-autoras da construção do registro sociolinguístico e cultural da comunidade, processo do qual a toponímia é parte integrante, contribuíram, em medida maior ou menor, ao sistema denominativo dos logradouros da cidade.

A comunidade dos falantes utiliza vocábulos diferenciados para descrever elementos culturais e elementos do meio ambiente apenas na medida em que estes forem relevantes para ela (SAPIR, 1961, p. 45-46). Quanto mais relevantes forem esses elementos, mais rico será o léxico que os descreve e quanto menos relevantes forem determinados elementos para o grupo dos falantes, menos rico e menos diferenciado será o léxico relativo a tais elementos (SAPIR, 1961, p. 47).

Anhangabaú e Anhanguera

A denominação de lugares e de pessoas é sempre motivada e obedece a padrões arquetípicos, retratando valores étnico-culturais, sem que haja, muitas vezes, percepção consciente do processo: o sistema denominativo dos índios do Brasil retratava o ambiente físico na toponímia e na antroponímia; os colonizadores portugueses costumavam dar a homens e acidentes geográficos nomes de santos.

Na classificação taxionômica de Dick, a hierotoponímia (nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas, associações religiosas e locais de culto) tem duas subdivisões: hagioponímia (nomes dos santos da hagiologia católico-romana) e mitotoponímia (topônimos relativos a entidades mitológicas), que inclui o *saci*, o *curupira*, o *jurupari* e o *anhanga* (1992, p. 33).

Anhangabaú (bebedouro das diabruras, córrego das Almas) e Anhanguera (diabo consumado) ligam-se à crença dos tupi no *Anhã*.

Os mitotopônimos, elementos de natureza antro-po-cultural, são numericamente menos representativos que outras categorias taxionômicas como, por exemplo, zootopônimos, fitotopônimos e litotopônimos, de difusão bem mais ampla, uma vez que a tradição denominativa dos índios brasileiros é constituída quase exclusivamente de topônimos descritivos do ecossistema.

O Mapograf 2004 registra alguns logradouros, cujas denominações são caracterizadas pela presença do radical *Anhá*, acrescido de sufixos, conforme Quadro 1.

A estes topônimos acrescenta-se a rodovia Anhanguera, que se desenvolve ao longo de muitos municípios do estado de São Paulo.

Quadro 1. Lista de topônimos extraídos do Mapograf 2004

CEP	Topônimos		Centro, bairros de São Paulo + municípios do entorno	Coordenadas
	Elemento específico	Elemento genérico		
09176-090	Anhanga	rua	Santo André	299 B 30
01007-040	Anhangabaú	Parque	pq. Centro	123 U 27
04446-050	Anhangai	rua	Vila Sabará	316 X 07
04446-050	Anhanguara	rua	Jd. Maria Alice	284 F 23
01135-000	Anhanguera	rua	Barra Funda	94 U 23

A classificação taxionômica e o respectivo étimo resultam do quadro a seguir:

Quadro 2. Taxionomia e étimo dos topônimos

Elemento específico	Elemento genérico	Taxionomia toponímica	Étimo (cf. SAMPAIO, 1987, p. 194)
Anhangá	rua	mitotopônimo	diabo, mau espírito
Anhangabaú	Parque	mitotopônimo	bebedouro das diabruras
Anhangai	rua	mitotopônimo	água ou rio do diabo
Anhanguara	rua	mitotopônimo	cova ou caverna do diabo
Anhanguera	rua	antropotopônimo	espectro, fantasma, diabo consumado: Bartolomeu Bueno da Silva
Anhanguera	rodovia	antropotopônimo	espectro, fantasma, diabo consumado: Bartolomeu Bueno da Silva

No gênese denominativo, os rios, geralmente, passam o nome aos acidentes geográficos do entorno: o ribeirão Anhangabaú deu o nome ao Parque Anhangabaú e à rua Anhangabaú, desaparecida por efeito da obra de canalização, com exceção do seu

trecho superior, que passou a ser denominado avenida Prestes Maia, conforme atesta Dick (1996, p. 327).

Anhanga na literatura religiosa e nos relatos de cronistas e viajantes

A noção de bem e de mal existe em todas as sociedades humanas. A ideia de um lugar mau, ruim, associa-se muitas vezes à mística e à mitologia: há lugares que inspiram segurança, contemplação, reverência, percepção de bons fluidos, e lugares que incutem insegurança, medo e angústia, aos quais se atribui a presença de forças maléficas.

Essa percepção do astral, muitas vezes relacionada ao mito e à tradição oral, parece ter todas as características de um arquétipo. A ideia de mau, de ruim, uma vez verbalizada, transforma-se em enunciado linguístico toponimizado: Anhangabaú e suas variantes gráficas permanecem na tradição como bebedouro das diabruras, córrego das Almas.

O temor reverencial dos índios pelo *Anhanga* motivou a alcunha *Anhanguera*, com a qual o bandeirante Bartholomeu Bueno da Silva passou a ser identificado e que foi herdada pelo filho.

Azevedo Marques relata que, em 1682, Bartholomeu Bueno da Silva, acompanhado pelo filho Bartholomeu de doze anos, encontrou ouro no território dos índios Goiás e ganhou a alcunha de *Anhanguera* por ter surpreendido os índios ateando fogo a um vaso de aguardente. Azevedo Marques atribui a alcunha ao “olho furado ou estragado” de Bartholomeu Bueno e informa que Pedro Taques creditava a queima do aguardente ao bandeirante paulista Bento Ribeiro Pires (1980, p. 106).

As alcunhas em língua tupi eram de emprego difuso no Brasil do século XVII, especialmente em São Paulo, sendo muito raras as alcunhas de origem portuguesa (HOLANDA, 1995, p. 127-128). Provavelmente era comum que sertanistas, que viviam em estreito contato com o elemento indígena, ganhassem alcunhas tupi (OLIVEIRA, s.d., p. 8).

Anhanguera é um antropônimo que, uma vez toponimizado, se inscreve no rol das taxes de natureza antro-po-cultural, de acordo com a taxionomia de Dick (1992, p. 32), transformando-se em antropotopônimo: *rua Anhanguera*.

A toponimização de nomes próprios de pessoas, categoria que inclui nome de batismo, sobrenome e alcunha, é muito frequente na toponímia de São Paulo e representa um percentual particularmente elevado em relação à totalidade do inventário toponímico da cidade.

A causa da elevada presença de antropotopônimos deve-se ao partido republicano de São Paulo que, com a finalidade de legitimar o novo regime, deu início à prática de substituir progressivamente antigas denominações de vários logradouros da cidade com nomes de seus heróis, mentores e intelectuais, como resulta da Ata da Câmara de São Paulo lavrada na sessão de 19.11.1889, iniciando, a partir da toponímia, o processo de construção de uma nova identidade nacional do povo brasileiro, nos moldes do ideário da Primeira República:

[...] entrou na sala das sessões grande massa de povo com a bandeira da República e música à frente e destacando-se do povo o Dr. Martinho Prado Junior, pediu, em nome do mesmo povo, que a Câmara aprovasse a seguinte moção: [...] que sejam mudados os

nomes das seguintes ruas: do Imperador para Marechal Deodoro, da Imperatriz para 15 de Novembro [...], do Comércio da Luz para Tiradentes (Sessão ordinária de 19.11.1889, p. 316). (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1906, p. 316)

Impossível determinar se *Anhanguera* em tupi chegou a constituir uma metonímia, “figura de linguagem cujo simbolismo transforma nomes, lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais” (DICK, 1996, p. 337).

Cardim relata que os índios não tinham nem ídolos nem divindades, mas temiam muito o demônio, “ao qual chamam de *Curupira, Taguaigba, Macachera, Anhanga*”, embora fossem raros os endemoniados (CARDIM, 1980, p. 87). Em sua viagem da Bahia ao Espírito Santo, Cardim e os outros padres foram recepcionados por índios, que na aldeia organizaram uma festa:

Tudo causava devoção debaixo de taes bosques, em terras estranhas, e muito mais por não se esperarem taes festas de gente tão barbara. Nem faltou um *anhangã* sc. diabo, que saiu do mato; este era o diabo Ambrosio Pires, que a Lisboa foi com o padre Rodrigo de Freitas. A esta figura fazem os índios muita festa por causa de sua formosura, gatimanhos e trageitos que faz; em todas as suas festas mettem algum diabo, para ser delles bem celebrada. (CARDIM, 1980, p. 145)

Staden, prisioneiro dos Tupinambá, nos deixou um relato sintético e objetivo acerca da crença dos indígenas no Anhanga:

À noite mantêm um fogo aceso e não gostam de sair sem fogo de suas cabanas, no escuro, para fazerem suas necessidades. Isto por temerem o diabo, que chamam de Anhangá e que frequentemente acreditam ver. (2008, p. 138)

O capuchino francês D’Evreux relata que os indígenas acreditavam na imortalidade da alma, “quando no corpo, chamam-na, *an* e quando deixa este para ir ao lugar que lhe é destinado, *anguere*” e que apenas as mulheres virtuosas tinham uma alma imortal (D’EVREUX, 2002, p. 296).

A crença dos indígenas numa outra vida é sufragada pela procura do *Ibymaraein*, a Terra sem Mal, espécie de Éden, na qual não se morria jamais. A procura dessa terra mítica, que teve um papel fundamental na fixação dos Tupinambá ao longo das costas brasileiras, era tradicionalmente estimulada pelos caraíbas, pregadores errantes, homens que tinham o poder de comunicar com os espíritos dos ancestrais e que gozavam de grande prestígio. Os caraíbas protagonizavam cerimônias rituais,⁴

⁴ Caraíba: algumas fontes modernas mencionem que a denominação “caraíba” refere-se, há tempo, entre muitas comunidades indígenas, aos “ não-índios”, àqueles que não fazem parte da comunidade indígena. Todavia, as fontes clássicas da literatura relativa ao mito do *Ybimaraeyn*, a Terra sem Males, definem o caraíba como uma espécie de profeta. Em particular, consulte-se sobre o assunto, o texto integral do artigo de Afonso de Freitas Jr., A Missa Padroeira, publicado em 1927 no v. XXIII, p. 7-18 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo* (IHGSP). Citamos aqui também o historiador Ronaldo Vainfas, que trabalhou com fontes primárias e que escreveu com muita clareza “Homens considerados especiais, que tinham o poder de conversar com os mortos, os espíritos dos ancestrais. A esses homens chamavam de caraíbas” (VAINFAS, 1995, p. 13).

chamadas santidades pelos jesuítas e pelos europeus em geral, que, com o tempo passaram a considerá-las práticas diabólicas (VAINFAS, 1995, p. 41-69).

Após a morte, as almas dos bons iam para um lugar no qual não lhes faltava nada e no qual podiam dançar à vontade. As almas más “vão ter com *Jeropari*, que são elas que os atormentam de concomitância com o próprio Diabo, e que vão residir nas aldeias onde são enterrados os corpos que habitam” (D’EVREUX, 2002, p. 297).

Sampaio afirma que os nativos acreditavam na existência da alma humana, e numa outra vida, num país distante, além das montanhas visíveis. Conforme o tupinólogo, a alma em tupi não é *an* e sim *anga*. “De *anga*, que também significa sombra, fantasma, o tupi fez *ang-üera* (e não *an-güera*), a alma do outro mundo”. *Angoéra*, a alma de outro mundo, era chamada também *mara-guingana* e a morte era anunciada por uma assombração: *angoéraba* (SAMPAIO, 1987, p. 169). Por sua vez, o sufixo original *-coera* evoluiu para *-goéra*, como em *Anhangóera* (SAMPAIO, 1987, p.76-79), por efeito da nasalização do som precedente.

Na esteira de Dick, afirma-se aqui que, quando o elemento genérico e o elemento específico atuam no sintagma toponímico de forma aglutinada (Parauna, o ‘rio negro’), eles “constituem um bloco único, fechados em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que um ou o que é outro” (DICK, 1992, p. 10); portanto, sendo muitas línguas indígenas aglutinantes,⁵ há dificuldade na separação dos elementos formadores, o que gera modificações na composição silábica, causando, na maioria dos casos, distorções na forma de grafar. Theodoro Sampaio, no Capítulo III de *O Tupi na Geografia Nacional*, nomeadamente, *Das alterações fônicas no tupi sob a influência da língua portuguesa*, oferece numerosos e detalhados exemplos de modificações na composição silábica, geradoras de distorções na transcrição grafemática das lexias (1987, p. 122-172).

O problema da grafia da lexia Anhangabaú se insere nessa tipologia de problema porque viajantes, cronistas e religiosos reproduziam grafematicamente os sons do tupi, recorrendo aos sistemas ortográficos de suas línguas de origem: Staden grafa *Anhangá* (2008, p. 138) e Léry grafa *Aignan* (2007, p. 207).

Ao informar ser *Anhangá* a grafia correta, Sampaio (1987, p. 168). comenta que: “Alguns escritores dão, erroneamente, *Anhangá*, que, aliás, não designa gênio, mas a ação deste, visto que *Anhangá* é já contração de *Anhangaba*”.

Conclusão

Sampaio esclarece que o diabo, nos antigos catecismos em língua tupi, é sempre denominado *anhangá*, conforme a praxe adotada pelos jesuítas e que o vocábulo *jurupari*, usado para designar o diabo, aparece tardiamente. Em meados do século XVII, *anhangá* e *jurupari* começaram a ser usados indistintamente. Os tupi, contrariamente aos relatos dos primeiros viajantes e cronistas, tinham sua forma de pensar o sagrado: veneravam uma entidade superior (*Tupã*) e temiam *Anhanga* ou *Anhan*, o gênio mau (SAMPAIO, 1987, p. 168).

⁵ Muitas línguas indígenas brasileiras são aglutinantes, ou seja, há [...] acumulação, após o radical, de afixos distintos, a fim de exprimir as relações gramaticais [...]. As palavras de uma língua aglutinante são assim analisáveis numa série de morfemas claramente distintos. [...] (DUBOIS et al, 1973, p. 32).

A mitologia dos tupi dividia os gênios em bons e maus. Os bons eram os antepassados que mandavam avisos, valendo-se do canto da acauã (*Herpethotes Cachinans*), pássaro que atacava as cobras e que os índios consideravam como protetor (SAMPAIO, 1987, p. 190).

Os gênios maus habitavam florestas e cemitérios, assaltavam os caçadores e os desviavam das trilhas, influíam na colheita: tornavam o sol abrasador e impediam a chegada da chuva no tempo certo. Sampaio menciona três gênios maus: o *Caapora* ou *Caipora* (gênio anão de um pé só), o *Curupira* (que mandava pesadelos e maus pensamentos) e o *Saci* (que tinha a aparência de uma ave pequena) ((SAMPAIO, 1987, p. 169).

Freitas Jr. relata que os caçadores indígenas de Piratininga acautelavam-se para evitar encontros com o *caapora*: “[...] infeliz seria para o resto da vida quem avistasse esse gênio protetor da caças. *Anhangá* era o veado branco de olhos de fogo que defendia a corça ligeira do *urupará* do bugre [...]” (FREITAS JR., 1927, p. 12).

Freitas Jr. (1927, p. 12) refere-se ao *Anhangabaú* como “rio do Diabo”, que se desenvolvia através do vale “assombrado”, no qual vivia apenas o caraíba “Augur, cantor e curandeiro, o bruxo só deixava o latíbulo em visita às *tabas* para a sagração dos *maracás*: marginando o *Anhangabaú* até o desaguadouro do *Yacuba* [...]” (FREITAS JR., 1927, p. 13).

Dick assinala a falta de registros probatórios, explicativos do por que Taunay chama o ribeirão ‘água da maldade’ e Sampaio o identifique como ‘rio do malefício, da diabrura, do feitiço’ (1996, p. 41).

Em vista do exposto, concluímos ter sido provavelmente a tradição oral dos indígenas de Piratininga a atribuir ao *Anhangabaú* uma aura maléfica: *Anhangabaú* é um locativo que remonta a épocas pré-coloniais e que os portugueses adotaram, por razões de locomoção e de comunicação com a população local, exatamente como adotaram antigos designativos, atribuídos em épocas remotas pelo homem aos fatos da paisagem, de conformidade com sua cosmovisão, uma vez que

Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inserido. (DICK, 1992, p. 35)

Anhangabaú é um locativo que se insere na primeira camada linguística da toponímia paulistana na qual Dick identifica três estratificações, correspondentes às três fases da história da cidade, nomeadamente, reconhecimento do território (século XVI), períodos formadores de nomenclatura propriamente dita (século XVII e XVIII) e modificação ou reformulação do que já existia (século XIX) (1996, p. 380).

O IHGSP, centro de difusão do saber até a constituição da Faculdade de Filosofia de São Paulo em 1934, sempre atento à história, às tradições, à cultura, à língua, à vida política da cidade, opinou em várias ocasiões, a pedido da Prefeitura Municipal, sobre as legendas das placas das vias públicas.

Da 7ª sessão regimental anual de 20 de abril de 1928 resulta a transcrição de um trabalho, lido em plenário por Afonso de Freitas (IHGSP, 1938, p. 298), sobre as correções a fazer nas legendas das placas das ruas. Para este artigo é de interesse particular a correção relativa ao ribeirão *Anhangabaú*: sugere-se ao Diretor da Receita da Prefeitura que da placa da rua conste “Anhangabaú, denominação pré-colonial”, em vez de “Nome secular paulistano”, considerada vaga e sem significado algum pelos sócios do IGHSP.

Quanto às legendas – “Rio do Malefício” – e – “Rio do Tamanduá” – penso que não devem ser adaptadas por se tratar de matéria profundamente controversa: tomando-se em conjunto as opiniões dos mais notáveis tupinistas que têm tratado do assunto, *Anhangabaú* tanto pode ser “rio do malefício”, “rio do diabo”, “das diabruras”, “da árvore do veado”, “rio de quase nenhuma correnteza”, como o *Tamanduatehy* será rio do Tamanduá, do filhote do Tamanduá grande, rio de muitos rodeios, etc. Oficializar uma destas definições seria meter dedo em formigueiro de saúva ou mexer em casa de marimbondo. (REVISTA, v. 35, p. 299-300)

A alcunha Anhanguera, que data do século XVII, toponimizada pela motivação comemorativa dos denominadores, tornou-se antropotopônimo: rua Anhanguera é uma categoria de natureza antro-po-cultural, representativa do povo paulista e paulistano, a partir do momento em que a elite cafeeira de São Paulo legitimou suas origens com a criação do modelo bandeirante através do IHGSP, logrando transformá-lo em mito de origem nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 132-133).

Os conjuntos toponímicos, Parque *Anhangabaú* e rua *Anhanguera* são parte integrante de um texto toponímico (mapa + léxico) de amplas dimensões: a toponímia de São Paulo, inventário que reflete a realidade geográfica, histórica, política e social da cidade e que, cristalizando-se em léxico urbano, transformou-se em memória pela força do sentido de identidade dos membros de uma comunidade que compartilham das mesmas tradições linguísticas, territoriais e históricas, resultando, respectivamente, na sobrevivência do contexto histórico-lexical (memória de um fato da paisagem), apesar do desaparecimento do contexto geográfico-lexical, representado pelo ribeirão e pela sua denominação, e em memória de um mito de origem que, de mito local tornou-se mito de origem nacional, passando a identificar todo o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Fr.do de. MARTIN, Jules. *Mappa da capital da P.cia de S. Paulo, seos Edifícios publicos, Hoteis, Linhas ferreas, Igrejas, Bonds, Passeios, etc. publicado por Fr.do de Albuquerque e Jules Martin em 1877*. 1 mapa, color. 715 x 525 mm. Escala: gráfica. Coleção IV Centenário, 1954. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.gov.br>> Acesso em: 8 out. 2008.

BACKHAUSER, Everaldo. Toponímia. Suas regras. Sua evolução. *Revista Geográfica*. Rio de Janeiro, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1949 a 1950, v. IX, X. n. 25 a 30, p. 166-195, 1952.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 19.11.1889*. São Paulo: Espindola & Comp., 1906. v. 75, p. 316.

- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980 [1847]. (Reconquista do Brasil, 13). 206p.
- D'EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Tradução de César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002. 436 p. Original francês.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1992. 223 p.
- _____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1996. 393 p.
- _____. A investigação linguística na onomástica brasileira. *Estudos de gramática portuguesa (III)*. GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERG, Axel (Eds.). Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 217-239.
- DUBOIS, Jean et al. Aglutinante. In: *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 32.
- FREITAS, Afonso A. de. Piratininga Exhumada. *REVISTA* do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo, v. XXIII, p. 101-114, 1927.
- FREITAS JR., Afonso de. A Missa Padroeira. *REVISTA* do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo. v. XXIII, p. 7-18, 1927.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO (IHGSP). Ata da 7ª sessão regimental anual de 20 de abril de 1928. *REVISTA*, São Paulo v. 35, p. 299-300, 1938.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. 541 p.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 2007. (Reconquista do Brasil, 10). 303 p. Original francês.
- MACHADO, Antonio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. (Paulística, 13). 272 p.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980 (Reconquista do Brasil, 3-4). v. 1, 379 p.
- MARTIN, Jules. *Planta da capital do Estado de S. PAULO e seus arrabaldes desenhada e publicada por Jules Martin em 1890*. Coleção IV Centenário, 1954. 1 planta, color. Escala: petipé de 1000 m. 1165 x 986 mm. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2008.
- MAPOGRAF. São Paulo: Mapograf, 2004.
- OLIVEIRA, Marilza de. *Para a história social do Português Brasileiro: séculos XVI-XVIII*. s.d., p. 1-42. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/mari1011.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2009.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Primeiros Passos, 203). 84 p.

- SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987. 359 p.
- SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Ensaios. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961. 203p. Original inglês.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.
- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*. Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 184 p.
- SEMINÁRIO DE NOMES GEOGRÁFICOS DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), I, 2008, Rio de Janeiro. *Documentos eletrônicos*. Disponível em <<http://www.toponímia.org>>. Acesso em: 4 ago. 2009.
- SESSO JR., Geraldo. *Retalhos da Velha São Paulo*. 4. ed. São Paulo: Maltese, 1995. 346p.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil*. Tradução de Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2008 (v. 674). 181 p. Original alemão.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 273 p.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica*. Uma introdução à ciência do significado. Tradução de J.A. Osório Mateus. 5. ed. Lisboa: Fundação: Calouste Gulbenkian, 1987. 577 p. Original inglês.